

ADUSP 30

SUPERAÇÕES

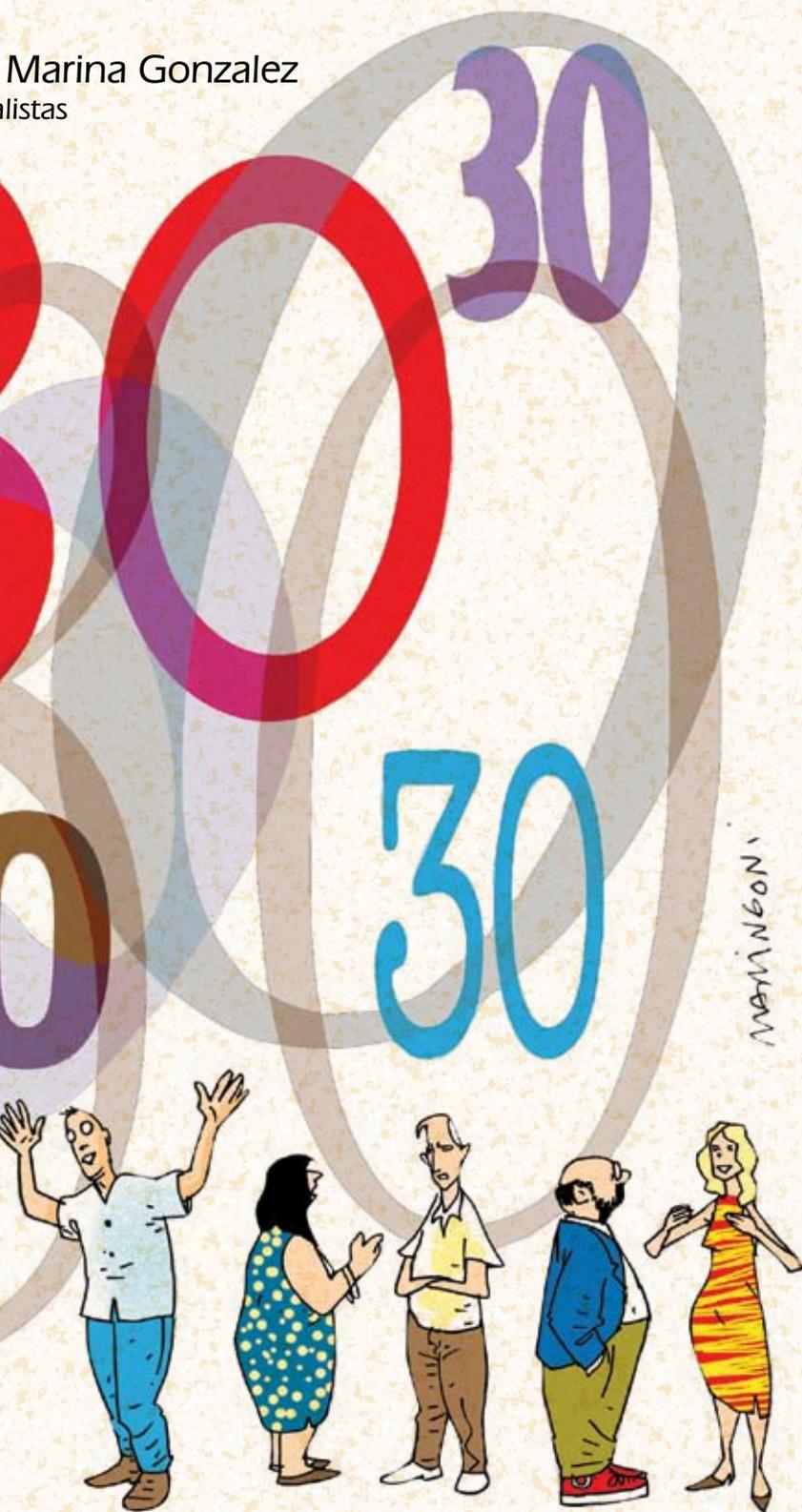
Antonio Biondi e
Jorna

Desde o início da década de 1990, a Adusp e demais entidades representativas dos docentes universitários passaram a defrontar-se crescentemente com o impacto das políticas neoliberais: sindicalismo na defensiva, expansão do ensino superior privado, privatização interna das universidades públicas, assimilação pelo MEC de ditames produtivistas



30 ANOS: E RESISTÊNCIA

Marina Gonzalez
ilustradora



do Banco Mundial, fomentadores da avaliação como instrumento de controle dos docentes. Na USP, tais mudanças refletiram-se na expansão das fundações privadas, na atuação de órgãos como a Cert, na desmobilização dos docentes. Em 2006, a Adusp completou 30 anos resistindo ao individualismo e ao feitiço do “mercado”

Criada em 1976, os primeiros anos da Adusp foram (e não poderia ser diferente) fortemente marcados pelo embate com a Ditadura Militar: basta dizer que a primeira diretoria eleita tomou posse, em junho de 1977, “na mesma noite em que foram cassados quatro deputados”, como recorda o professor Modesto Carvalhosa, então presidente da entidade. Esse período inicial comportou desafios, sonhos e conquistas, entre as quais destaca-se a sua própria consolidação como instrumento de organização da categoria — visível na Greve de 1979 — e fator democratizante da universidade, como bem lembra o professor Antonio Cândido, pois “numa assembléia da Adusp, o MS-1 era igualzinho ao MS-5”.

Iniciado o ano de 1985, a Ditadura em colapso, a Adusp, sem deixar de lado suas atividades propriamente sindicais, engajou-se nas lutas pela redemocratização do país e pela autonomia das universidades estaduais paulistas. O movimento sindical, em seu conjunto, entrou em ascenso na segunda metade da década de 1980, impulsionado pela criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os funcionários públicos conquistaram o direito de associação na Constituição Federal de 1988. No entanto, o início da década de 1990 assinalou uma “virada” extremamente negativa para o mundo do trabalho, no Brasil, confirmando uma tendência mundial de ataque aos sindicatos iniciada com Margareth Thatcher na Inglaterra.



**Negociação com reitores,
campanha salarial de 1994**

No país, a ascensão do pensamento neoliberal ao poder, primeiro com Collor de Melo e depois com Fernando Henrique Cardoso, criaria um cenário de perdas crescentes para os trabalhadores. A queda dos regimes da URSS e Leste Europeu (em 1989-1990) e a forte propagação do discurso neoliberal — dos valores do individualismo e do “mercado” — colocaram na defensiva os trabalhadores, dando o mote ao corte de direitos praticado por governos e empresas. O desemprego estrutural acentuou-se, como fruto da reestruturação industrial e das privatizações. O neoliberalismo passou a incidir em todas as políticas públicas, deixando suas marcas na educação e no ensino superior, e afetou todo o tecido social.

Assim, ao longo dos anos 1990, a Adusp, como as demais entidades de representação dos docentes universitários, defrontou-se com diversas mudanças, cuja tônica foi, por um lado, a expansão do ensino

superior privado, e por outro lado um forte crescimento da privatização interna da universidade pública em geral — e da USP em particular, por meio de diferentes mecanismos, destacando-se entre eles as fundações privadas ditas *de apoio*.

Paralelamente, instituições como o Banco Mundial passaram a ditar normas a serem adotadas pelos países periféricos, dando ênfase ao fator da avaliação. Fortaleceu-se, nos órgãos do MEC e nas agências de fomento à pesquisa, um viés altamente produtivista e controlador do trabalho docente. Isto combinou-se com seguidos ataques ao funcionalismo público, bem como, nos governos FHC e Lula, com reformas da Previdência que eliminaram direitos.

Os complexos problemas trazidos pela “onda neoliberal” da década de 1990 abriram novas frentes de combate para a Adusp, obrigando-a a se estruturar para superar os novos desafios. Fortalecendo seus departamentos jurídico e de comunicação, a entidade precisou desdobrar-se para



Daniel Garcia

Plenário da Alesp, greve de 1996

fazer valer os interesses de seus associados, sem abandonar sua perspectiva original de superação do “corporativismo” — de luta, portanto, por uma sociedade justa e democrática. Assumiu uma posição firme contra a mercantilização do ensino e em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, vinculando-a às jornadas de mobilização por melhores salários e condições de trabalho.

Ciro Correia, professor do Instituto de Geociências (IGc), presidente da Adusp na gestão 2001-2003, explica que a associação segue um rumo traçado desde 1987, quando a corrente “Participação” ganhou sua primeira eleição, elegendo como presidente o professor Francisco Miraglia, do Instituto de Matemática e Estatística (IME). De acordo com o professor Correia, a “Participação” é uma corrente suprapartidária

Instituições como o Banco Mundial passaram a ditar normas a serem adotadas pelos países periféricos, dando ênfase ao fator da avaliação. Fortaleceu-se, nos órgãos do MEC e nas agências de fomento à pesquisa, um viés produtivista e de controle dos docentes

cujas propostas têm como centro a defesa da universidade gratuita, da universalização do ensino público e de uma universidade democrática. O professor avalia que, a partir da década de 1990, a alteração no estatuto da entidade, que majorou de 0,2% para 1% do salário-base a contribuição dos filiados, colabo-

rou decisivamente para fortalecer a estrutura da Adusp e suas lutas.

“As idéias e posicionamentos políticos passaram a ter um lado mais prático”, observa Correia, realçando que o fortalecimento da assessoria jurídica “possibilitou aos docentes um maior acesso à Justiça, com possibilidade de contestar decisões da universidade, leis estaduais, além de trazer acesso e orientação para os associados nesse campo”. Além disso, o professor do IGc destaca que a atuação da Adusp ganhou fôlego por meio da produção crescente e consistente dos informativos e em especial da *Revista Adusp*, lançada em 1995, “respeitada dentro e fora da USP”. Em 2001, a revista deu início à publicação de uma série de reportagens sobre o complexo fundacional privado existente na USP.

Além de promover amplo debate na comunidade universitária sobre a atuação das fundações, a Adusp



Passeata contra o confisco, 1999



mobilizou-se, questionando a atitude da Reitoria, de complacência perante as irregularidades e distorções. Uma das iniciativas resultou na realização de uma audiência pública da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa. Ingressou com uma representação no Ministério Público Estadual (MPE), em 2002, contra a oferta de cursos pagos na USP, que já se tornara então uma lucrativa indústria.

A Reitoria, após enfrentar protestos — como a ocupação, em 2001, da sala do Conselho Universitário (CO) pelos estudantes, durante reunião que deliberaria sobre uma proposta de “regulamentação” das

A representação encaminhada pela Adusp ao MPE em 2002 resultou em uma ação deste contra a USP, em 2005, requerendo a proibição da oferta de cursos pagos. Nesse mesmo ano, foi apresentada nova representação, desta vez contra estatutos de fundações que geram conflito de interesses

fundações não debatida pela comunidade — resolveu criar, em 2003, uma comissão e depois um Grupo de Trabalho (GT Fundações) para avaliar a questão e propor soluções. Convidadas, as entidades representativas da comunidade aceitaram parti-



Na greve de 2000, passeata do funcionalismo público e estudantes na Avenida Paulista

cipar, ainda que em franca minoria no GT. A apresentação dos relatórios foi realizada em histórica sessão aberta do CO, em maio de 2004, na qual, “pela primeira vez em décadas, o colegiado máximo da USP abriu-se para ouvir, de modo oficial, manifestações de setores organizados da comunidade: DCE, APG, Adusp” (*Informativo Adusp* 160). O relatório de maioria do GT foi insuficiente e contraditório. As fundações mantiveram-se em atividade febril, apesar de alguns recuos táticos.

Mas a Adusp, que já organizara um seminário jurídico em março de 2004, persistiu. Reuniu-se com o procurador-geral de justiça, Rodrigo Rebello Pinho, a quem solicitou agilidade do MPE na representação que ela apresentara em 2002. Disso resultou, finalmente, em junho de 2005, uma ação judicial do MPE contra a USP, ação esta que está em andamento. Nesse mesmo ano, a Adusp encaminhou nova representação, desta vez contra estatutos de fundações que geram conflito de interesses, ao vincular o preenchimento de seus cargos (em diretorias e conselhos) aos cargos da USP.

Questionamentos, mobilizações, contestações jurídicas apresentadas em relação às fundações são vistos por João Zanetic, professor do Instituto de Física e 2º vice-presidente da Adusp, como “uma conquista e um movimento que deve prosseguir, buscando reverter essas situações”. Zanetic, que presidiu a Adusp na gestão 1991-1993, lembra que, entre outras vitórias conquistadas pela luta da comunidade universitária, as maiores fundações tiveram de



“Aula na Greve”, instituída no movimento de 2000

Fotos: Daniel Garcia



deixar de utilizar de forma escancarada a marca USP e precisaram sair dos *campi*. “Mantendo as ingêrências, porém. São desafios perenes”, acrescenta.

Zanetic destaca os danos provocados pelo processo de mercantilização do ensino superior, especialmente na última década. “O governo FHC nos levou a um crescimento exponencial do ensino superior privado, sem qualquer preocupação com a qualidade”, denuncia, observando ainda que o governo Lula transfere recursos públicos para as instituições privadas, por conta da renúncia fiscal e das bolsas do Programa Universidade para Todos (Prouni).

A leitura de Américo Kerr, professor do Instituto de Física, é de que esses investimentos no ensino privado colocaram a população mais carente “em um lixo de escola”. Ele sugere que se “pergunte a esse cidadão se ele não preferia que houvesse a expansão do setor público”. Presidente da Adusp na gestão 2003-2005, Kerr protesta contra

o que acredita ser uma apropriação indébita, por parte do governo federal, da bandeira da reforma universitária, “uma bandeira que nos é muito cara”. Segundo ele, a luta pela reforma universitária no Brasil remonta, no mínimo, a 1964, quando os movimentos a propuseram “para acabar com os poderes oligárquicos existentes nas instituições e conseguir uma universidade democrática e voltada aos interesses da maioria da população”. Na opinião de Kerr, hoje essa bandeira é utilizada pelo governo federal como um caminho para a consolidação do setor privado.

Atualmente, como fruto da política de expansão do ensino superior privado, mais de 90% dos alunos do ensino superior em São Paulo se encontram em instituições particulares. O baixo investimento dos governos federal e estadual em educação superior e na educação em geral tem sido objeto de denúncias e de propostas por parte da Adusp, para se alterar o quadro altamente negativo. Contudo, a luta da Adusp

por um outro projeto de Educação para o país e para o Estado de São Paulo não se restringiu à resistência à privatização. Ao lado das várias entidades reunidas no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, ela contribuiu com a formulação do Plano Nacional de Educação (PNE) – Proposta da Sociedade Brasileira, consolidado no II Congresso Nacional de Educação (Coned), em 1997.

Em dezembro de 1996, a Lei



Tropa de choque ataca manifestantes na Avenida Paulista

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) fora aprovada pelo Congresso Nacional. Durante a sua tramitação, as propostas originais da sociedade civil foram desvirtuadas, até que o projeto final aprovado, de autoria do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), trouxe às entidades a percepção da série de derrotas sofridas. César Minto, professor na Faculdade de Educação e presidente da Adusp, conta que as der-

rotas na LDB levaram a sociedade civil a priorizar a construção do PNE–Proposta da Sociedade Brasileira, centrado na idéia da expansão da educação pública, com ampliação gradativa dos recursos públicos para o setor, tendo como referência o Produto Interno Bruto (PIB). Uma vez concluído, o PNE–Proposta da Sociedade Brasileira tornou-se um projeto de lei e começou a tramitar no Congresso Nacional.

Para fazer frente à proposta das entidades, o governo FHC viu-se obrigado a elaborar às pressas um outro projeto, também denominado Plano Nacional de Educação (e que chamaremos aqui de “PNE-governo”), para tramitar no Congresso Nacional. O “PNE-governo” não vingou, mas os parlamentares governistas conseguiram emendar e desfigurar, em parte, o PNE–Proposta da Sociedade Brasileira.



Cavalaria na Paulista: a PM foi usada para intimidar os manifestantes

Mesmo assim, quando aprovado em 2001, sofreu uma série de vetos de FHC: foi vetado, por exemplo, o artigo que previa que o investimento em educação subisse, paulatinamente — ano a ano, no decorrer de uma década — de 4,5% para 10% do PIB. “Os vetos de FHC incidiram especialmente no financiamento”, destaca o presidente da Adusp.

Em São Paulo, o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (Fedep-SP) tomou para si, em 1999, a tarefa de elaborar o Plano Estadual de Educação (PEE—Proposta da Sociedade Paulista), tendo como referências o

***No Congresso,
os governistas desfiguraram
em parte o Plano Nacional de
Educação (PNE) proposto pelo Fórum
Nacional em Defesa da Escola Pública.
E, quando aprovado em 2001, FHC vetou
o artigo que previa aumento paulatino,
em 10 anos, do investimento em
educação, de 4,5% para
10% do PIB***

PNE—Proposta da Sociedade Brasileira, a Constituição Federal (1988), a Constituição do Estado de São Paulo (1989) e o projeto original da LDB (aprovado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados em 1990). O *Informativo Adusp* 149, de outubro de 2003, registra que “em apenas dois dias, a Assembléia Legislativa de São Paulo recebeu duas propostas de política educacional. (...) A primeira, no dia 14/10, foi entregue pelo Fedep-SP (...). No dia 15/10, chegou a proposta do governador Geraldo Alckmin”. As duas propostas, antagônicas, tramitam na casa como projetos de lei.



Reitor Marcovitch em assembléia da Adusp (2000): insensibilidade



Fotos: Daniel Garcia

Greve de 2000: um abraço simbólico no prédio da Reitoria

O professor Minto avalia que o processo iniciado no PNE–Proposta da Sociedade Brasileira e consolidado no PEE–Proposta da Sociedade Paulista desemboca na inserção direta e “cotidiana” das entidades no processo de elaboração e aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Orçamento Anual do Estado. Em 2005 e 2006, a luta de várias categorias e entidades chegou a conquistar, na Assembléia Legislativa, aumentos do percentual

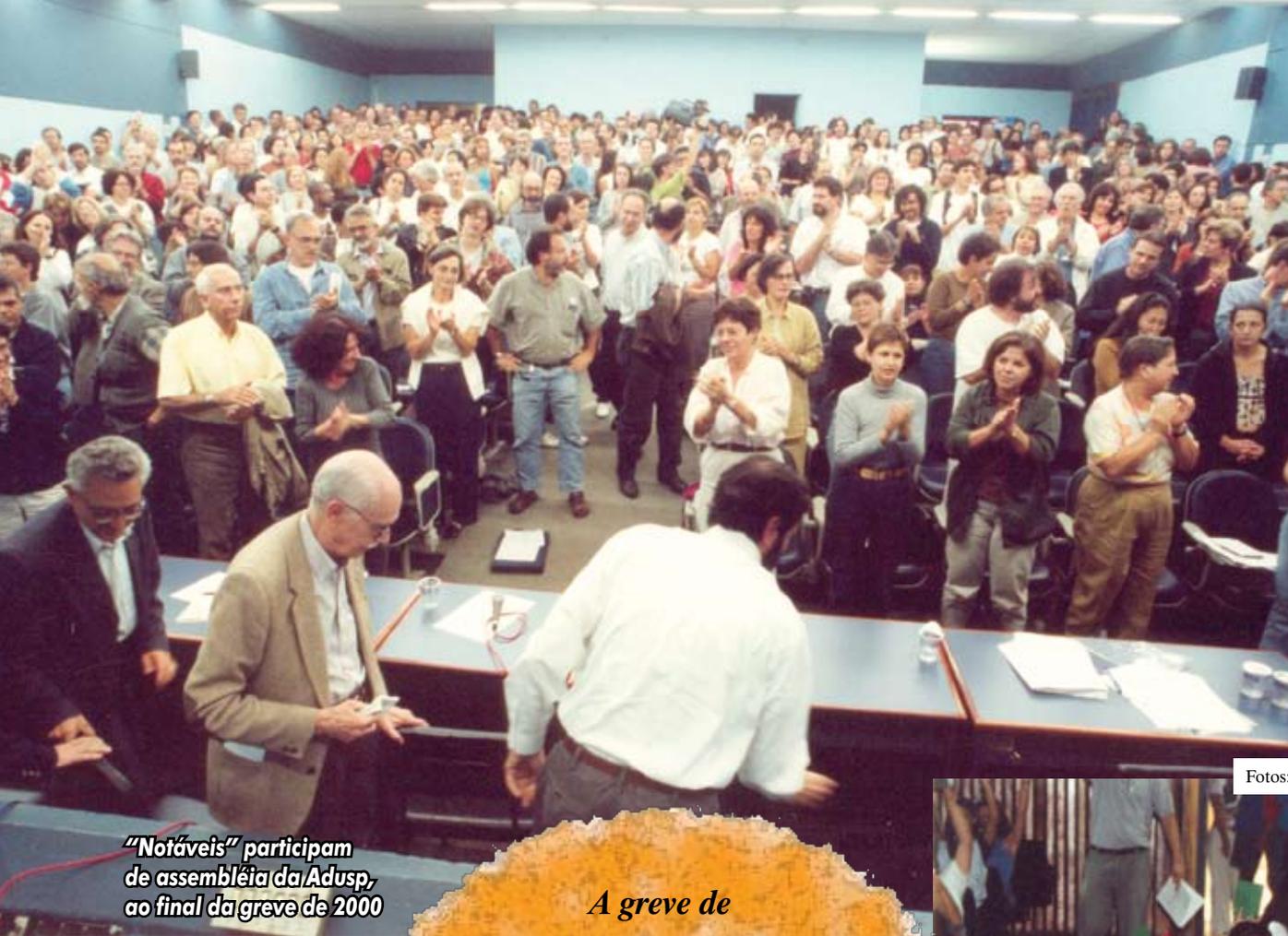
de verbas da LDO destinado à educação como um todo (de 30% para 31% da receita de impostos), bem como às universidades estaduais paulistas, e um percentual fixo de repasse para o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps). Tais aumentos foram posteriormente vetados pelos governadores Geraldo Alckmin e Cláudio Lembo, respectivamente.

A luta por mais recursos públicos para a educação — que envolve um

esforço de capacitação técnica e política para analisar e debater questões como arrecadação, sonegação, isenção de impostos e outras — tem sido correlata à atuação da Adusp e demais membros do Fórum das Seis, em defesa de melhores salários e condições de trabalho para docentes e funcionários da USP, Unesp, Unicamp e Ceeteps, além de recursos para moradia e assistência estudantil. Um dos momentos mais marcantes foi a Greve de 2000, que buscava repor perdas salariais que vinham se acumulando desde 1995 — e chegavam, no início do ano, a 33%. O movimento reivindicava 25% de reajuste imediato e uma política permanente de reposição salarial.

O Conselho de Reitores (Cruesp), e particularmente o reitor da USP, Jacques Marcovitch, seu presidente à época, demonstraram insensibilidade ao postergar por meses as negociações, e

depois ao fazer contraproposta tão pífia que irritou as categorias e estimulou a mobilização. Foram 52 dias de greve. O *Informativo Adusp 75*, de junho de 2000, registra que “de 26 de abril, quando paralisaram suas atividades, a 19 de junho, quando retornaram ao trabalho, docentes e funcionários da USP, Unesp, Unicamp e Centro de Educação Tecnológica Paula Souza estiveram lutando por melhores salários e pela universidade pública, gratuita e de



Fotos: Daniel Garcia

“Notáveis” participam de assembleia da Adusp, ao final da greve de 2000

A greve de 2000 enfrentou situações de grande tensão, como a ocorrida em 18/5, quando a PM de Covas reprimiu, ao lado do Masp, milhares de manifestantes que saíam em passeata até a Assembleia Legislativa. E conquistou um reajuste salarial acumulado de 25%



Congresso da USP, em 2001

qualidade. Foi um movimento vitorioso — e o maior desde o advento da autonomia universitária. Unificadas no Fórum das Seis, apoiadas por um movimento estudantil que renasce com força, as categorias em greve arrancaram do Cruesp conquistas econômicas impensáveis um ano antes”.

A Greve de 2000 teve outros marcos históricos, como a realização das Aulas na Greve, no gramado da Reitoria da USP, e a criação de uma Comissão de Intermediação (também chamada de Comissão dos Notáveis) composta pelos professores Alfredo Bosi, Antonio Can-

dido, Aziz Ab’Sáber, Dalmo Dallari, Gerhard Malnic, Milton Santos. O movimento enfrentou situações de grande tensão e risco, como a ocorrida em 18 de maio, quando a Polícia Militar do então governador Mário Covas reprimiu violentamente junto ao Museu de Arte de São Paulo (Masp) os cerca

de 50 mil manifestantes que pretendiam realizar uma passeata que iria da Avenida Paulista à Assembleia Legislativa, no Ibirapuera.

Marcos Magalhães, professor do IME, presidente da Adusp no período da greve, ressalta que “a efervescência que se conseguiu com a Greve



Professor Jair Borin em debate de "reitoráveis", em 2001



de 2000 possibilitou discutir muitas outras coisas", ligadas à universidade pública e à educação. Quem participou, diz ele, "certamente se beneficiou dessa experiência". A greve garantiu a docentes e funcionários um reajuste salarial acumulado de cerca de 25%, o maior conquistado

por uma categoria no país nesse ano. "Diria que nesse período se consolidou uma posição da Adusp com relação à questão salarial", completa o professor. O fortalecimento do movimento estudantil verificado durante e após a greve de 2000 incidiu, entre outras mobilizações importantes, na realização de uma greve dos estudantes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) em 2002, que reivindicava mais professores para a unidade. Após 105 dias de paralisação, o movimento conquistou um acordo que previa a contratação de 92 docentes para a unidade em 2002 e 2003 — defendiam inicialmente que fossem 256, ao passo que a Reitoria acenava com apenas 12.

Carla Carvalho, professora do Instituto de Ciências Biomédicas

e 1ª secretária da atual diretoria da Adusp, atribui fundamentalmente à greve de 2000 o fato de haver se aproximado da entidade. Ela destaca que, de imediato, percebeu como aspectos fundamentais na atuação da Adusp o respeito à democracia, a busca pelo consenso e o respeito às opiniões. Ao mesmo tempo, porém, diante da apatia generalizada que se constata hoje, Carla destaca que uma indagação necessária

é: *como chegar aos colegas?* Diana Vidal, da Faculdade de Educação, pensa que as exigências das agências de fomento têm atuado poderosamente no sentido de isolar os docentes: "Temos trabalhado mais como professores, pesquisadores, e cada vez menos como universitários no sentido amplo. Nos últimos cinco anos, isso aumentou muito".

O professor Francisco Miraglia, hoje 1º vice-presidente da Adusp, considera que houve "um aumento da intensidade do trabalho, mas também um aumento da alienação, uma separação ideológica da discussão da natureza do trabalho e do controle do trabalho de cada docente" — situação que, na sua avaliação, precisa ser enfrentada com cada docente e funcionário buscando ser sujeito do seu trabalho. O controle do trabalho docente por meio da avaliação enveredou por distorções que levaram a entidade, a partir de 2001, a um enfrentamento com a Comissão Especial de Regimes de Trabalho



Marcha ao final de ato em defesa da FFLCH, em 2001



Fotos: Daniel Garcia

(Cert). Nesse mesmo ano, o professor Dalmo Dallari, da Faculdade de Direito, alertou para o fato de que a Cert se tornara “quase que um sistema à parte” na USP, e que “a inexistência de critérios claros a leva a tomar decisões arbitrárias que envolvem a vida de docentes, departamentos e unidades” (*Revista Adusp* 21).

A Adusp lutou para que as avaliações passassem do plano individual para o institucional. Durante o mandato do reitor Adolpho Melfi, entendeu-se que a Cert deveria voltar à função original, de fiscalizar o cumprimento dos regimes de trabalho, em vez de executar avaliações, pressionar e punir docentes supostamente “improdutivos”. O Regimento da USP foi alterado, de modo a impedir que os integrantes da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) fossem automaticamente os da Cert e da Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA). Tais mudanças exigem acompanhamento permanente: na atual gestão da Reitoria, voltou a

No reitorado de Melfi, a avaliação refluíu como método de controle. Na atual gestão, porém, voltou a haver acúmulo de cargos na CPA, CAA e Cert, e o professor Daciberg, do IME, adverte: a Cert, ao analisar questões administrativas, continua fazendo avaliações de mérito

haver acúmulo de cargos e concentração de poderes nessas comissões. O professor Daciberg Gonçalves, do IME, adverte: a Cert, ao analisar questões administrativas, continua fazendo avaliações de mérito.

“Antes de discutir avaliação, tem que se discutir avaliar para quê”, sustenta o professor Ciro Correia. “Não se quer discutir o sistema educacional, os objetivos, as condições, etc. As avaliações, internas e externas, como o Provão, foram todas feitas sem

responder essas questões”, critica. “Busca-se impor, externa e internamente, mecanismos que gerem competitividade e controle”, analisa o presidente da Adusp, César Minto. “É preciso desconstruir esse discurso, que joga sobre o indivíduo e a instituição a culpa por problemas que não são gerados por eles”.

Outra situação grave enfrentada pela Adusp desde o final da década de 1990 é a dos contratos precários, que chegou a afetar 40% do corpo docente da universidade. Os “precários”, professores contratados não por concurso público, mas em processos seletivos, não gozam das mesmas garantias. Mesmo que tenham dez, 15 ou mais anos de serviço na USP, podem ter seus contratos “descontinuados” quando da renovação periódica, bastando, por exemplo, que se desentendam com o chefe de departamento. Em 2004, o CO finalmente aprovou a exigência da



Marcha em Brasília contra reforma da Previdência, 2003



Debate na Alesp sobre expansão, em 2002

Fotos: Daniel Garcia



Sessão aberta do CO discute fundações, em 2004. No destaque, leitura do relatório da Adusp



Negociação que encerrou a greve de 2004, com participação do senador Eduardo Suplicy

entidade de que novas contratações de docentes passassem a ocorrer exclusivamente por meio de concurso público.

Graças à pressão da Adusp, algumas unidades, como o Instituto de Física, já haviam proibido por conta própria novas contratações precárias. O número de docentes “precários” passou a cair. Mas o problema não foi resolvido, e voltou a acentuar-se, em 2005, quando entrou em atividade a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH, ou USP Leste), que tem mais de 90% de “precários”. A norma do CO vem sendo descumprida. Hoje, ainda são mais de 1.000 os professores “precários” da USP, cerca de 20% do seu corpo docente (*Revista Adusp* 37).

A Reforma da Previdência do setor público, em 2003 — na reali-

Valendo-se da reforma da Previdência posta em prática por Lula, em 2003 o governador Alckmin impôs ao funcionalismo um desconto adicional de 5%. Várias entidades, entre elas a Adusp, obtiveram liminares contra o desconto, depois cassadas pelo TJ

dade uma “contra-reforma” — foi outra questão que mereceu grande atenção da Adusp. O professor Américo Kerr avalia hoje que a resistência apresentada pelo funcionalismo foi considerável: “Os servidores públicos fizeram em Bra-

sília uma das maiores mobilizações de enfrentamento ao governo Lula, chegamos a colocar 60 mil pessoas na capital federal”. Uma edição temática da *Revista Adusp* foi publicada, e a entidade produziu uma série de documentos e ações no campo jurídico.

Na avaliação do professor, “impusemos um custo e limites, de modo que o governo foi obrigado a recuar, implantando mais uma mudança conceitual, sem conseguir efetivamente até agora implantar o modelo”. Kerr refuta o discurso de que a Previdência seja deficitária, bem como a visão de que seja uma espécie de poupança, afirmando que ambos vão contra a concepção original do sistema previdenciário, incorporada pela Constituição Federal de 1988. O professor Francisco Miraglia, contudo, considera que o desfecho foi desfavorável



Estudantes reúnem-se na Alesp, em 2005, durante mobilização por mais verbas



Cartaz denuncia deputados governistas

ao movimento: “Essa briga a gente perdeu”, lamenta, apesar de reconhecer a importância da resistência, que reverteu alguns dos piores aspectos da contra-reforma.

A batalha ganhou uma nova frente quando, aproveitando as condições favoráveis criadas pelo governo federal, o então governador Alckmin conseguiu aprovar, em junho de 2003 (um mês antes da aprovação da reforma no Congresso Nacional), a instituição de uma “contribuição previdenciária” mensal de 5% sobre o salário dos funcionários estaduais. A nova cobrança somou-se aos 6% que os

funcionários já recolhiam ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Ipesp) e aos 2% descontados para o Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (Iamspe), elevando a contribuição mensal total a 13%.

Contestada na Justiça por várias entidades, entre elas a Adusp, a questão ainda não foi julgada em última instância. Várias liminares obtidas em primeira instância foram depois cassadas pelo Tribunal de Justiça, uma corte muito fiel aos governadores. O desconto de 5% vem sendo realizado, assim, desde outubro de 2003.

Na primeira tentativa de apoderar-se de maior fatia dos rendimentos do funcionalismo para financiar a Previdência, em junho de 1999, o governo estadual sofrera uma fragorosa derrota. Dezenas de milhares de trabalhadores do setor público e estudantes mobilizaram-se para barrar os planos do governador Covas, que pretendia impor um verdadeiro *confisco*, por meio da cobrança de alíquotas progressivas de segurados ativos, inativos e até de pensionistas: “Para a parcela do salário ou da pensão até 600 reais mensais, incidirá alíquota de 6%. Sobre a parcela que exceder 600 reais, até 1.200 reais, a alíquota total será de 16%; sobre a parcela entre 1.200 reais e 2.500 reais, 20%; e sobre a parcela que exceder 2.500 reais, 25%. Segundo cálculo realizado pela Adunicamp, um salário de 3.000 reais sofrerá um desconto efetivo de 17% (517 reais). Já os vencimentos de 5.000 reais ou mais sofrerão descontos superiores a 20%” (*Informativo Adusp* 52).

Deputados estaduais apresentaram nada menos do que 756 emendas ao projeto de Covas. Torpedeado pelas massivas manifestações de rua, o projeto foi definitivamente

enterrado pelo Supremo Tribunal Federal em setembro de 1999, quando declarou, por 11 votos a zero, inconstitucional a lei federal 9783/99, que fixava cobrança da contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas da União, e na qual Covas baseara-se. Até então, a Constituição Federal proibia a cobrança de servidores inativos e pensionistas. As idéias confiscatórias de FHC e Covas foram derrubadas, mas seriam retomadas por Lula, quatro anos depois.

Ao mesmo tempo em que a conjuntura política permitiu aos governos FHC e Lula aprovarem reformas que cortaram direitos dos trabalhadores, nem um nem outro conseguiu fazer tudo o que pretendia. A despeito da força avassaladora do chamado *pensamento único* na década de 1990, a reforma do Estado pretendida por FHC não foi de todo implementada. Também Lula não conseguiu “completar” a reforma da Previdência do setor público, e praticamente não mexeu no Sistema Geral da Previdência — tanto que a idéia de uma nova reforma surgiu como *lobby* do setor privado na grande mídia antes mesmo que iniciasse seu segundo mandato.

A luta pela democratização da USP foi um campo em que se avançou pouco em 20 anos, apesar dos esforços do movimento universitário. Como resumido pelo professor Ciro Correia: “Muito pouco ou nada se alterou. A estrutura é basicamente a



A democratização da USP continua sendo uma bandeira central, pois o Estatuto de 1988 permanece intocado como fonte de poder da burocracia, garantindo aos professores titulares absoluto controle dos colegiados (no CO, ocupam 87% dos assentos). A bandeira da Estatuante soberana permanece atual

mesma do Estatuto da USP de 1988”. Correia ressalta que o 3º Congresso da USP, que envolveu centenas de professores, funcionários e estudantes em 1987, encaminhou uma série de indicações ao CO para se democratizar a universidade. O colegiado, porém, “atropelou praticamente 99% delas” ao votar o novo Estatuto. Os professores titulares — pouco mais de 10% do corpo docente — são 87% dos membros do CO.

O 4º Congresso da USP, realizado em 2001 com a participação da Adusp e demais entidades, manteve a bandeira da Estatuante soberana,



necessária para que seja combatida e superada a “estrutura absolutamente centralizada, na qual os funcionários sequer têm representação nos colegiados de departamento”, conforme explica Ciro. Também em 2001, o CO ignorou o resultado das eleições diretas paritárias para reitor organizadas pelas entidades da USP, nas quais o professor Jair Borin (que viria a falecer em 2003), que presidiu a Adusp na gestão 1997-1999, sagrou-se vitorioso nas três categorias.



Fotos: Daniel Garcia



Campanha pela democratização da USP e diretas para Reitor, 2005

O número 223 do *Informativo Adusp*, de outubro de 2006, registra que “faz um ano que o Conselho Universitário (CO) recebeu o abaixo-assinado de 20% de seus conselheiros solicitando a realização de um debate sobre a reformulação do atual Estatuto da USP”. Em sessão de 20/12/2005, o CO ratificou a necessidade de uma reforma estatutária, elegeu uma comissão e encaminhou o assunto bem a seu modo: burocraticamente. A comissão recebeu 180

sugestões, sem promover qualquer debate amplo, ao menos até agora.

César Minto traz o debate da democratização — que se relaciona também a questões como o vestibular e o acesso ao conhecimento e ao espaço da USP — para um plano mais concreto, do cotidiano vivido pelos alunos: “Hoje, em pleno século 21, a USP não consegue garantir transporte para que os estudantes do período noturno possam sair daqui”. Na última década, deu-se também o cercamento do campus da Cidade Universitária, além da morte de um jovem do Jardim São Remo na raia da universidade em condições até hoje nebulosas, dois episódios que geraram grande revolta na comunidade do entorno da USP. Todas essas situações, porém, não foram suficientes para que os integrantes do CO se chocassem, ou conseguissem pensar em mudanças democratizantes e consistentes.

Os grupos de burocratas que hoje dominam a universidade não possuem “condições de pensar de forma planejada, adotando muitas vezes medidas paliativas”, afirma o presidente da Adusp, que chama atenção para a subserviência das reitorias ao governo. Para Leonel Itaussu, professor da FFLCH, “a democratização da USP é um debate da maior atualidade, uma questão a ser enfrentada no curto e médio prazo, sob a luz da democracia que se vai consolidando no Brasil”.

As questões referentes à democracia no âmbito do próprio movimento docente são ponto de reflexão da professora Zilda Iokoi, da FFLCH, que integrou a diretoria da Adusp em duas gestões. “Há pessoas que

dizem que a Adusp se afastou e não tem mais legitimidade de representação. Mas o inverso é que é verdadeiro”, avalia, ressaltando que “as pessoas deixaram de frequentar os fóruns públicos e coletivos e passaram a se envolver muito mais na vida institucional”. As mudanças no Estatuto da USP dependem, para Zilda, de ampla mobilização dos docentes, funcionários e estudantes — algo hoje bastante difícil. O professor Kerr resume a última década do movimento docente como um “período de resistência”, mas crê na possibilidade de uma virada. “Nossa esperança, sonho e confiança é que isso deixa sementes fortes. Assim como conseguiu derrotar a Ditadura, a sociedade será capaz de derrotar um projeto que põe o mercado acima das vidas e relações humanas”.

Ao completar a Adusp três décadas de existência, seriam os *tempos bicudos* do movimento docente razão para desânimo? A 1ª secretária da Adusp, Carla Carvalho, é otimista: “As pessoas estão se dando conta de que o individualismo forçado que marcou esses tempos — isso de ficarmos só nos nossos laboratórios, nessa disputa de vencer o melhor — tem limites”. Acrescenta Francisco Miraglia: “Quem está na direção da Adusp, da Adunesp [Associação dos Docentes da Unesp], da Adunicamp [Associação dos Docentes da Unicamp] e por aí fora precisa ter perseverança e paciência. Se fosse para tomar por base o fluxo dos últimos anos, isso aqui já teria fechado”. Ele pergunta: “Como ficaria a luta contra os contratos precários? Contra a Cert? A briga contra a Reforma da Previdência? A campanha salarial de 2000?”.